

ESTADOS UNIDOS (1865-1917): DE NAÇÃO DIVIDIDA A POTÊNCIA IMPERIAL CONTINENTAL

Wesley Nascimento da Silva*

RESUMO

Alguns acontecimentos políticos e econômicos ocorridos nos Estados Unidos entre 1860 e 1917, contribuíram para elevar esse país à condição de grande potência industrial no início do século XX. Em 1865 chega ao fim a Guerra de Secessão (1861-1865), em que os capitalistas industriais do Norte venceram os capitalistas agrários do Sul, e o que se viu a partir disso foi uma modernização da estrutura econômica norte-americana, que levou os Estados Unidos a ultrapassarem economicamente as nações européias no início do século XX. De 1898 a 1917 corresponde ao período em que os Estados Unidos substituem as potências européias na América Latina, nessa etapa ampliam seu poderio militar e financeiro na região.

Palavras – chave: Transformações econômicas e políticas. Estados Unidos. Guerra de Secessão. Modernização. Soberania militar e financeira. América Latina.

*Graduando em Ciências Econômicas. Universidade Federal do Espírito Santo.

INTRODUÇÃO

Muitos autores consideram a Guerra Civil Americana o ponto de partida para os Estados Unidos transformarem-se numa grande potência econômica no século XX. Para Fiori (2007, p. 75), “a guerra civil americana mudou o rumo da história dos EUA, na segunda metade do século XIX”, tendo em vista que, apesar da destruição física e humana, ao fim do conflito ocorreu uma reorganização do Estado nacional e do capitalismo americano, sob a direção do norte industrial, o que levou a rivalizarem com as potências europeias na condição de maior potência econômica no início do século XX. Segundo Moore Jr (1967, p. 142) “considera-se geralmente a Guerra Civil como um marco que dividiu violentamente as épocas agrária e industrial americana”.

De acordo com Karnal (2007, p 165), “entre 1814 e 1898, os Estados Unidos permaneceram longe da política internacional europeia, vivendo os princípios da Doutrina Monroe e de aquisição de territórios no Oeste, seja por meio de compra, seja por meio de guerras contra o México”. Contudo, depois da Guerra Hispano-Americana, 1898, o que se viu foi uma série de intervenções militares na América Latina, com objetivo de restabelecer a ordem interna da região. Na verdade, essas ações camuflavam os verdadeiros interesses, que seria a expansão do império americano na América Latina.

1- Estados Unidos até a Guerra de Secessão

1.1 Expansão territorial

Após sua independência, em 1776, os Estados Unidos iniciaram a ocupação continental, eliminando as fronteiras e estendendo o domínio americano do Atlântico ao Pacífico, com destaque para o “Destino Manifesto”, “expressão usada por políticos e líderes de 1840 até a Guerra Civil para justificar as barbaridades cometidas em nome da obtenção de meios de vida, da fome de riquezas e da lógica do capitalismo” (MOREIRA, 2005, p.123).

Assim, em 1898, contam com uma área continental de 7.769,400 km², adquiridas mediante aquisições, guerra com o México e conflito com indígenas por terras localizadas a oeste. Essa expansão territorial pode ser resumida da seguinte maneira: compra da Louisiana, em 1803, junto à França; Flórida, comprada à Espanha em 1819; anexação da República do Texas em 1845; anexação do Óregon em 1845, através do tratado com a Grã-Bretanha; território cedido pelo México em 1848, ao término da guerra; compra do Gadsen, feita ao México em 1853 - territórios com uma área total de aproximadamente 77.770 km², atualmente situados no sul dos estados norte-americanos do Arizona e Novo México, incluía territórios a norte do Rio Gila e a oeste do Rio Grande, esta compra definiria as fronteiras finais do território continental dos Estados Unidos; compra do Alasca, feita à Rússia em 1867 e a anexação formal do Havaí, em 1898.

1.2 Colônias do sul, norte e oeste

Desde o período colonial o sul baseava-se na agricultura de exportação, com destaque para três produtos básicos: tabaco, anil e arroz. Essas colônias mantinham um bom relacionamento com a Inglaterra e suas exportações não competiam com as da metrópole. Segundo Oliveira (2002, p. 201), “na verdade, as condições naturais mostravam-se adequadas a atividades que não concorriam com a agricultura inglesa e que produziam artigos com demanda real ou potencial na Europa”. A partir da Guerra de Independência, 1776, esse panorama se modificou, pois a ruptura gerou hostilidades com a antiga colônia que levou a perda de mercados e a decadência desses produtos.

Como alternativa surge uma nova lavoura, o algodão de fibra curta, que se adaptou facilmente a essa região, pois encontrou clima favorável e solo organizado em *plantation* com mão-de-obra escrava, dessa forma, para Oliveira (2002, p. 202), “tal como nas Antilhas Britânicas, nas colônias do Sul a pequena propriedade foi perdendo terreno para a grande produção escravista”. Além disso, a Revolução Industrial foi fundamental para o sucesso dessa lavoura, uma vez que possibilitou a aplicação de força motriz à manufatura têxtil chegou a tempo de estimular e encorajar o plantio do algodão onde quer que ele pudesse ser cultivado com proveito. Teve grande destaque o descaroçador inventado por Eli Whitney, que permitiu limpar aproximadamente 22,68 kg de fibras de algodão por dia. Aos poucos as antigas lavouras foram substituídas pelo algodão. Na Geórgia e Carolina do Sul os

plantadores abandonaram o anil e dedicaram-se ao plantio do algodão, com isso, lavouras de arroz passaram a dividir espaço com o novo produto.

Ao longo dos anos ficou evidente a importância do algodão para a economia americana. Assim, em 1860, essa produção representava mais da metade das exportações dos EUA,

Entre 1815 a 1860, o comércio do algodão exerceu uma influência decisiva na taxa de crescimento da economia americana. Até cerca de 1830, foi a causa mais importante do desenvolvimento da indústria nesse país. Embora o aspecto doméstico continuasse a ser significativo, as exportações de algodão tornaram-se uma característica dominante nesta época. Por volta de 1849, sessenta e quatro por cento da colheita do algodão ia para o estrangeiro, principalmente para Inglaterra. Desde 1840 até os tempos da Guerra Civil, a Grã-Bretanha absorveu dos estados do sul quatro quintos de todas suas exportações de algodão (MOORE JR, 1967 p. 146).

Apesar das altas taxas de lucro obtidas com a escravidão, a população dos estados que utilizavam o braço escravo possuía baixíssima qualidade de vida, e isso dificultava o interesse dos imigrantes em deslocarem-se para essa região, com isso, a quantidade de pessoas nascidas fora dos Estados Unidos representava, apenas, 3,4% da parcela da população dessas localidades. Em 1860, o sul possuía 12 milhões de habitantes, 8 milhões eram brancos e 4 milhões eram negros .

Já o norte, de acordo com Oliveira (2002, p. 203), não atraiu o interesse da metrópole,

Na verdade, as condições naturais das colônias do Norte eram semelhantes às da Europa, o que as tornava inadequadas ao projeto do capital comercial, ou seja, ao estabelecimento da grande exploração agrária de artigos de exportação, e, ademais, inexistiam possibilidades da mineração de metais preciosos no Nordeste americano. Dessa forma, somente foi possível a implantação de débeis atividades extrativas de exportação, como a pesca, a produção de peles ou de madeiras etc. Daí o desinteresse e mesmo a hostilidade do capital comercial metropolitano em relação às colônias de povoamento.

Dessa forma, a região norte se desenvolveu com características e interesses distintos do Sul,

A economia das colônias do Norte era baseada na plantação de gêneros de subsistência (que também geravam excedentes comerciáveis) como o trigo, a

aveia, o milho, bem como na criação de gado, porcos e ovelhas. À produção do campo juntava-se a pesca como importante atividade, bem como a indústria naval, beneficiada pela grande quantidade de madeira propícia disponível. O desenvolvimento das cidades fez com que tanto as manufaturas quanto o comércio prosperassem, apesar das proibições e restrições impostas a uma e outra atividade. O comércio de peles, valiosas no mercado europeu, também compunha o quadro econômico da região (JUNQUEIRA, 2009, p. 18).

Às vésperas da Guerra Civil essa região contava com uma população de cerca de 22 milhões de habitantes, dominada por uma importante burguesia industrial, que acumulou capital desde o período colonial, e uma crescente classe operária fabril com trabalho assalariado. Contudo, por um longo período essa região foi beneficiada com esse cultivo e de acordo com Moore “os nortistas faziam lucros, e grandes, com a venda do algodão”, Robertson (1967, 140), sintetiza a importância do algodão para essa região,

Os plantadores de algodão forneciam as matérias-primas para os fabricantes de tecidos do norte, que em 1860 vendiam panos de algodão em quantidade equivalente à metade dos tecidos de lã. A parcela de renda nacional gerada pelos fabricantes de tecidos de algodão era maior do que a gerada pela indústria do ferro.

Apesar de se beneficiar da produção de algodão, arrecadando impostos e utilizando como matéria-prima para sua produção, a burguesia nortista era contrária à escravidão, pois limitava o crescimento do mercado interno.

O Oeste, contava com terras de agricultores e pecuaristas livres, que surgiram em virtude do plantation do sul que alastrou até o oeste. Entre 1815 e 1860 essa região transformou-se em uma zona de agricultura comercial, inicialmente deslocava parte de sua produção para o sul, mas graças aos novos canais e estradas de ferro foi possível melhorar a distribuição de seus produtos ampliando para o leste. Sua população era composta, em boa parte, por imigrantes europeus, que até o início do conflito se aproximava de 5 milhões de pessoas.

A tabela abaixo, mostra em resumo a economia e a sociedade americana entre 1830 – 1860, de acordo com cada região:

Tabela 1 - Estilizando Economia e Sociedade dos EUA (1830-1860)

| | Norte | Oeste | Sul |
|------------------------------|--|---|---|
| Unidades Produtivas | Finanças, manufaturas, indústrias, comércio e pequenas fazendas | Pequenas fazendas e mineradoras | Comércio externo, grandes fazendas (<i>plantations</i>) |
| Agentes | Industriais, trabalhadores e produtores independentes | Fazendeiros, produtores independentes e minas | Proprietários de escravos e grandes comerciantes |
| Força de Trabalho | Assalariada e produtor independente | Produtor-independente e assalariado | Escravos |
| Atividades Dominantes | Agricultura, ferro, ferrovias, têxteis, vestuário, máquinas, comércio nacional e internacional | Agricultura, pecuária, extrativismo, mineração e comércio regional | Monocultura (algodão, tabaco e índigo) e comércio internacional |
| Técnica | Máquina a vapor e mecanização | Cultivo manual com progressiva mecanização | Cultivo manual |
| Dinâmica | Instabilidade de negócios, diversificação produtiva e propensão a inovar | Comércio de excedentes e variedade de atividades agropecuária | Exaustão do solo, tendência a ocupação de novas terras e monocultura |
| Rendas | Salários, lucros, juros e rendimentos familiares | Rendimentos familiares, salários e lucros de minas | Lucros agrícolas e mercantis e renda da terra |
| Ocupação territorial | Cidades com divisão de classes e guetos étnicos; pequenas cidades e pequenos fazendeiros | Fazendas de pequeno porte, centros comerciais localizados em rota de transporte | Dispersão em grandes fazendas e centros de trocas internacionais (cidades e portos) |
| Tendências Políticas | Centralização política, proteção comercial e defesa da propriedade | Governo local e comunitário, trabalho livre e defesa da pequena propriedade | Descentralização política e defesa da grande propriedade rural |
| Ideologia | Acumulação, trabalho livre, auto-confiança, pragmatismo e competição | Auto-suficiência, auto-gestão, trabalho livre, auto-confiança | Paternalismo, honra, hierarquia, relações familiares e refinamento social |

Fonte: Ruiz (2007, pág. 5).

1.3 País dividido

Em 1789 a Constituição Americana é ratificada, isso de modo geral significou a consolidação da União, na qual os estados mantiveram sua autonomia interna, mas subordinados a um poder central. Contudo, de acordo com que foi visto anteriormente, a sociedade americana formou-se com uma estrutura e interesses econômicos diferentes, de acordo com sua posição geográfica (Norte, Sul e Oeste) e segundo Karnal, (2007, p. 129),

Ainda que unidos em nome de causas comuns – como as guerras com o México, as invasões a Oeste e também o sentimento de imperialismo e a vontade de expandir seus estilos de vida para áreas maiores -, o Sul queria aumentar seu império do algodão e da escravidão e o Norte, a expansão das chamadas terras livres.

Para Moore (1967, p. 175), essas divergências conduziram à Guerra de Secessão, tendo em vista que “a guerra refletiu o fato de as classes dominantes da sociedade americana estarem nitidamente divididas em duas [...]”. Apesar das divergências o autor argumenta que ambas as sociedades eram capitalistas,

No Sul, uma sociedade capitalista agrária, fundada na plantation e no trabalho escravo, e inserida na divisão internacional do trabalho inglesa; ao Norte, uma sociedade capitalista industrial, que acabou por se articular com a agricultura de alimentos do Oeste, baseada na mão-de-obra familiar (FIORI, 2007, p.199).

A única coisa que diferenciava as duas sociedades era a escravidão, e segundo Moore Jr (1967), não foi o principal motivo que levou à Guerra, pois considera que as causas fundamentais foram econômicas e não os fatores morais como consideram muitos historiadores. O desenvolvimento do Norte esteve ligado ao algodão, produzido no Sul, até aproximadamente a década de 1830, mas a partir de 1840 esse produto perdeu espaço em virtude do desenvolvimento industrial nortista. Em relação às questões econômicas que levaram à Guerra a de maior destaque foi o questionamento sobre as tarifas de importação, que permaneceria como um foco de tensão entre Norte e Sul até a eclosão da Guerra Civil.

Segundo Magnóli (2006), a escravidão também serviu para agravar as divergências das duas regiões, pois apesar do alinhamento entre Norte e Oeste, “casamento do ferro com o canteio”, o Sul ainda almejava expandir suas plantações para áreas desta última região que ainda não estavam povoadas. Isso gerou um grande embate político, tendo em vista, que se a escravatura continuasse a expandir para as terras do Oeste os políticos do Sul teriam a maioria dos votos no Senado e assim conseguiriam sobrepor seus interesses sobre o dos nortistas.

Os sulistas acompanhavam com atenção o crescimento do número de deputados abolicionistas e, em 1819, consideraram seu direito de incluir o Missouri entre os estados escravistas, o que lhes daria a maioria no Senado. A partir dessas reivindicações, foi estabelecido o “Compromisso de Missouri”, em que ficou proibida a escravidão ao norte do paralelo 36°30’, além de estabelecer Missouri como um estado escravista e Maine antiescravista. Dessa forma, a União contava com 22 estados, sendo 11 escravistas e 11 antiescravistas, o que mantinha um equilíbrio de representação no Senado.

Em 1848 foram incorporados à União mais seis membros: Arkansas, Flórida, Texas, Michigan, Iowa e Winconsin, os três primeiros escravistas e os três últimos antiescravistas.

Contudo, uma nova ameaça de desequilíbrio surgiu quando do pedido de ingresso da Califórnia, local onde haviam sido atraídos cerca de 80 mil imigrantes em apenas dois anos, e que era francamente antiescravista. Após vários debates no Congresso, surge um novo acordo, que ficou conhecido como “Compromisso de 1850”,

A Califórnia seria aceita com um estado não-escravista, fazendo pender portanto a maioria do Senado a favor da abolição. Nos demais territórios conquistados ao México – Utah e Novo México –, a entrada na União ficou assegurada “com ou sem escravidão”, uma declaração um tanto vaga, mas assinalava a vitória do princípio da vontade popular nessas decisões, ideia longamente defendida pelos sulistas.(MAGNOLI, 2006, 231).

Passada uma década de paz, em 1854, surge um novo debate quanto à colonização de Kansas e Nebraska, e o resultado desse debate dividiu de vez o país, pois

Os sulistas, representados por David Atchison, propuseram uma lei em que nenhum projeto de administração territorial poderia ser aprovado a não ser que contivesse uma cláusula que anulasse a proibição da escravidão. O Congresso aprovou o projeto, que passou a se chamar Lei Kansas-Nebraska, e os nortistas ficaram indignados pelo fato de o governo federal e o presidente Franklin Pierce (1853-1857) terem se curvado diante da “escravocracia” (KARNAL, 2007, p. 130).

A eleição de Abraham Lincoln, pelo Partido Republicano, em 1860, foi o estopim necessário para o início formal das hostilidades entre as duas regiões, assim para Einsenberg, apud (CAMARGO, 2007, p. 56),

As eleições presidenciais de 1860 representaram um marco, não somente por ter sido ponto culminante de tensões políticas domésticas, mas sim por ter elegido o primeiro presidente contra o sistema escravocrata, o republicano Abraham Lincoln. O sul o considerou uma ameaça ao sistema, dando início a um processo de nulificação e efetiva separação do governo federal. Foi criada uma nova nação, com moldes na Constituição anterior, porém com plenas vantagens ao sistema econômico sulista, os Estados Confederados da América (ECA), elegendo Jefferson Davis, fazendeiro do ramo do algodão, seu presidente.

Como a Carolina do Sul não concordava com o resultado das eleições e sentia-se ameaçada pelos abolicionistas, resolve não fazer mais parte da União. Outros estados algodoeiros, como a Geórgia, o Alabama, a Flórida, o Mississippi, a Louisiana e o Texas

acabaram aderindo à Carolina do Sul. Dessa forma, em 8 de fevereiro de 1861, era criada oficialmente nova nação: Estados Confederados da América. A partir da separação desses estados, iniciou-se a Guerra de Secessão que perdurou até 1865, com os Confederados já em desvantagem, pois sua população era de aproximadamente 9 milhões de habitantes, cerca de 4 milhões seriam escravos (não podiam integrar o exército sulista) e dependendo de importar armas da Europa, enquanto o Norte, com cerca de 22 milhões de habitantes e uma economia dinâmica.

Juntamente com as estratégias militares o presidente Lincoln adotou algumas medidas que foram fundamentais para retomar o controle e conter a fragmentação da União. Em 1861, foi aprovada a “Lei do Confisco”, em que as propriedades dos confederados poderiam ser confiscadas pelos nortistas. Em 1862, foi promulgado o Homestead Act (Lei das Terras), uma lei federal que entregava um quarto de um distrito ainda não desenvolvido no Oeste para qualquer família ou indivíduo maior de 21 anos dispostos a migrar para a região. Já em 1863 foi promulgada a Lei de Emancipação dos Escravos, porém uma lei federal que proibiu a escravidão em todo o território nacional seria promulgada somente em 1865, como a Décima Terceira Emenda da Constituição norte-americana.

A guerra gerou um colapso econômico e desestruturação no Sul, com isso, essa região não conseguia mais vender algodão e nem fabricar armas. Com todos esses problemas, em 26 de maio de 1865, a Guerra Civil chega ao fim, com a rendição das últimas tropas confederadas, com a vitória do Norte industrial e um saldo de aproximadamente 600 mil americanos mortos.

2- Evolução da economia americana

Com o fim da Guerra Civil, a União manteve-se preservada. Agora sob o comando dos capitalistas industriais do Norte, notou-se uma modernização da estrutura econômica norte-americana, que levou os Estados Unidos a ultrapassarem economicamente as nações européias no início do século XX.

Entre o fim da Guerra de Secessão e a I Guerra Mundial a economia americana passou por algumas transformações, sendo que a mais importante seria a sua passagem de economia

agrícola para uma industrial em menos de 50 anos e com isso, chegaram à condição de potência mundial.

Faremos uma apresentação de alguns setores importantes para a elevação dos Estados Unidos a condição de potência industrial.

2.1 - Ferrovias

Com o fim da Guerra Civil a expansão das ferrovias foi retomada, e graças a esse sistema de transporte a economia americana se desenvolveu de forma espetacular. Para Fiori (2007, p. 75), “a chave para o entendimento do ‘milagre econômico’ norte-americano após 1860, milagre esse que permitiu o salto de qualidade e a transformação do país na maior potência industrial do globo, reside na ferrovia”. De acordo com Mazzucchelli (2009, p. 180),

A ferrovia (e com ela o telégrafo) incorporou as vastas regiões do espaço continental norte-americano aos mercados local e internacional, permitiu a mobilidade da força de trabalho, reduziu os custos do transporte, exerceu impactos dinâmicos notórios sobre as indústrias metal-mecânica, mineral (carvão) e de construção civil, inaugurou novas modalidades de gestão empresarial, impôs a mobilização de somas gigantescas de capital e construiu as bases para o nascimento do *modern capitalism*.

Para Moreira (2005, p. 128),

“As ferrovias foram o primeiro negócio empresarial moderno dos Estados Unidos e catalizaram o desenvolvimento de uma grande variedade de indústrias. Enfrentaram e deram soluções inéditas aos desafios de organização e de administração e foram o modelo para a grande empresa americana. As empresas ferroviárias foram pioneiras também no uso do mercado de capitais, em especial do segmento de ações e da bolsa de valores para levantar recursos”.

A ligação do continente por ferrovias só foi possível com a construção de vias transcontinentais,

Mediante o *Pacific Railway Act* de 1862 o Congresso concedeu permissão para que se construísse a Union Pacific Railroad, que foi autorizada a rasgar uma estrada desde Omaha, em Nebraska, até à fronteira ocidental de Nevada. A Central Pacific, construída em 1861 de conformidade com as leis da Califórnia, recebeu ao mesmo tempo autorização para construir a parte ocidental da estrada, de Sacramento até a fronteira de Nevada (ROBERTSON, 1967, p. 329).

Somente em 1869 completou-se a ligação entre a *Union Pacific Railroad* e a *Central Pacific*, em virtude de algumas limitações, como investimento privado e mão-de-obra, mesmo assim, ainda era insuficiente para atender as novas demandas do oeste,

Imediatamente projetaram-se novas linhas, mas a construção, embora bem encaminhada, foi suspensa pela Depressão de 1873. Em 1876 a Califórnia meridional abriu-se ao tráfego transcontinental por meio de uma estrada que corria de São Francisco a Bakersfield, e daí a Los Angeles. Em seguida, as linhas de *Southern Pacific* alcançaram a banda oriental, indo da Califórnia para El Paso. A *Santa Fe* e a *Texas & Pacific* não tardaram a proporcionar conexões de St. Louis e Kansas City com a área de Los Angeles, e um pouco mais tarde a *Southern Pacific* adentrou-se no leste, partindo de El Paso. Essas ferrovias do sul formavam a segunda das três principais rotas transcontinentais. A terceira era a rota setentrional, do Mississippi até as cidades de Oregon e Washington. Em 1873 a *Northern Pacific*, licenciada quase vinte anos antes, ligou Portland a Chicago e Milwaukee e três anos depois alcançou Seattle (ROBERTSON, 1967, p. 332).

A importância do crescimento da rede ferroviária para economia americana era tamanha, haja vista que foi responsável por 20 por cento da formação bruta do capital do país na década de 1870, mais 15 por cento na de 1880 e 7,5 por cento em cada uma das décadas até 1920.

2.3 Sistemas bancário e meio circulante

Durante a Guerra Civil percebeu-se a dificuldade para financiar o conflito, de acordo com Robertson (1967), várias foram as tentativas de contrair empréstimos e emitir títulos públicos, mas falharam, pois o sistema bancário necessitava de uma reformulação, visando a melhoria do mercado de títulos públicos além de uniformizar a emissão de moedas. Para o Secretário do Tesouro Salmon P. Chase isto só seria possível com uma moeda nacional e para tanto seria necessário à criação de uma instituição federal responsável pela fiscalização dos bancos estaduais. Mesmo contando com a antipatia popular em 1864 é criada a Lei Bancária (*National Bank Act*).

Para isso, os bancos nacionais deveriam obedecer algumas regras para iniciarem suas atividades. Os serviços bancários poderiam ser realizados por associações, com um mínimo de cinco pessoas, desde que regida por um estatuto, com um capital mínimo relacionado com

o número de habitantes de onde se localizavam as associações. Além disso, deveriam destinar 1/3 de seu capital social para a compra de títulos do Tesouro dos Estados Unidos e em troca receberiam notas padronizadas que correspondiam a 90% do valor depositado. Apesar de várias restrições a *National Bank Act* permitiam esses novos estabelecimentos manterem suas reservas em espécie em seus cofres ou em um banco nacional de “reembolso”.

Por tratar-se de uma lei rígida não houve muita adesão, só quando o governo americano aumentou o imposto de alguns serviços bancários que obrigou muitos bancos estaduais a tornarem-se nacionais. Mesmo assim, em 1875, os bancos estaduais superavam os estabelecimentos nacionais, sendo que em 1914 existiam 17.498 bancos estaduais contra 7.518 bancos nacionais.

Em 1913 é criado o Sistema Federal de Reserva, no qual os Estados Unidos foram divididos em doze distritos onde haveria um Banco Federal de Reservas em cada,

A Lei da Reserva Federal tornou compulsória a participação dos bancos nacionais no sistema. Os bancos estaduais, desde que satisfizessem os requisitos federais, podiam tornar-se membros. Ao associar-se ao sistema, o banco comercial tinha de comprar ações do capital social do Banco Federal de Reserva do distrito até o montante de três por cento de sua combinação de capital e excedente. (Outros três por cento *podiam* ser exigidos.) Dessa maneira, os bancos-membros possuíam nominalmente os Bancos Federais de Reserva, embora a renda anual que podiam receber de suas ações fosse limitada a um dividendo cumulativo de seis por cento. O banco-membro tinha também de depositar no Banco Federal de Reserva do distrito grande parte do numerário que conservava anteriormente como reserva. De início, a lei permitia que os bancos-membros retivessem parte de suas reservas nos cofres, mas em 1917 modificou-se esse dispositivo; a partir de 1917 *todas* as reservas legais dos bancos-membros deviam ser depositadas no Banco Federal de Reservas (ROBERTSON, 1967, p. 388).

Além da situação do sistema bancário, havia o problema do meio circulante, composto de ouro, moedas fracionárias de prata e notas de 1500 bancos estaduais. Ao fim da Guerra Civil, o ouro e a prata em circulação eram escassos e as notas dos bancos estaduais estavam sendo rapidamente retiradas devido as altas taxas tributárias incidentes sobre elas. Como forma de substituí-las surgiram as *greenbacks*, uma espécie de moeda fracionária de papel e, naturalmente, as novas notas dos bancos nacionais.

Com o fim do conflito ficou evidente o desejo de retornarem ao padrão ouro, tendo em vista que o estoque de ouro vinha aumentando após o conflito. Isso só foi possível depois de alguns ajustes, em especial em relação às Notas dos Estados Unidos, ou *greenbacks*, que apesar de serem de curso forçado, não poderiam ser utilizadas para pagar juros da dívida pública e em pagamentos nas alfandegas. Sanadas essas pendências, o autor afirma que de 1798 a 1900, apesar de não haver nenhuma lei específica, os Estados Unidos adotaram o padrão ouro de fato, pois todas as formas de moedas estavam mantidas em paridade com o ouro.

Somente em 1900 surge uma lei que regulamenta este sistema, a Lei do Padrão Ouro (*Gold Standard Act*), definindo o dólar exclusivamente em termos de ouro, e todas as outras formas de dinheiro seriam convertíveis em ouro. Como alternativa para conter novas crises, decidiu-se manter no Tesouro, os certificados de prata e as *greenbacks* resgatadas e recorrer ao empréstimo para atender aos *déficits*, em tempos difíceis.

2.4 Truste do dinheiro ou industrial

A principal característica do capitalismo americano, nessa época, foi o grau de concentração e centralização exercida por algumas corporações. Os principais banqueiros investidores em atividade, durante e após a Guerra de Secessão, foram Junis Spencer Morgan; seu filho, John Pierpont Morgan, Anthony Drexel, Jay Cooke, Daniel Drew, Cornelius Vanderbilt, Jay Gould, Collis Huntington, Leland Stanford, Philip Armour, J. P. Morgan, John D. Rockefeller e Andrew Carnegie. Ficaram conhecidos como “barões ladrões”, devido seus métodos de atuação e obtenção de recursos, que levou à formação de um truste “financeiro”.

A crescente procura por fundos durante e após a Guerra de Secessão indicou que era preciso alcançar fontes de recursos não exploradas anteriormente. Foi o banqueiro investidor que arquitetou métodos novos e mais eficazes de criar e negociar os valores necessários ao financiamento de operações avultadas do governo e da empresa comercial. Como não havia um setor bancário organizado e confiáveis esses agentes privados ficaram livres para fazer a corretagem dos títulos do governo.

Juntos passaram a obter vantagens de várias formas,

Manobras corriqueiras no mundo dos negócios contemporâneo sucediam-se. Uma delas é a tradicional transferência para a pessoa jurídica de custos referentes a pessoas físicas. Gould, Sage e o seu sócio Sidney Dillon, milionário que deu origem a uma linhagem de donos de ferrovias nos Estados Unidos, compraram como indivíduos e venderam para eles próprios como diretores da Union Pacific, a ferrovia Kansas Pacific. O pagamento foi feito com dinheiro da primeira empresa e assim dividiu-se o custo de aquisição com os demais sócios, embora o negócio fosse apenas deles. Nada disso importava aos bem informados e ilustres financiadores do projeto, a saber, a Dabney, Morgan & Co. John, integrada por Pierpont Morgan e a Morris K. Jesup & Co. (MOREIRA, 2005, p. 152).

O resultado das atividades exercidas por esses banqueiros investidores (concentração bancária e centralização de capitais) gerou um monopólio sobre os investimentos, ou seja, como adquiriram grande poder esses bancos determinavam a forma de investir, assim acabaram transformando-se em *truste do dinheiro*.

Apesar da acumulação e centralização gerada por este tipo de serviço, os bancos de investimento foram muito importante para o desenvolvimento industrial dos Estados Unidos,

Dessa forma, nos Estados Unidos, [...], contemporaneamente ao processo de industrialização, desenvolvia-se um sistema bancário que potenciava o processo de investimento capitalista, centralizando e criando capital-dinheiro e desviando meios de produção para novos ramos de atividades. Esses sistemas bancários livres da regulamentação e disciplina que posteriormente seriam impostas pelos bancos centrais se, por um lado, provocaram diversas ondas especulativas, por outro, constituíram um instrumento essencial para a industrialização dos países atrasados. Assim, os bancos de investimento, a importação de capitais, a formação de sociedades por ações e o apoio creditício do governo foram os instrumentos utilizados pelos países atrasados para impulsionar a industrialização (BARBOSA, 2002, p. 228).

2.5 Indústria

Até a segunda metade do século XIX os Estados Unidos a agricultura foi a principal geradora de renda dos Estados Unidos. A partir de 1890 a produção manufatureira superou o valor em dólar a produção agrícola, e em 1900 o valor anual das manufaturas era o dobro dos produtos agrícolas.

À medida que o tempo passava ficava evidente a vocação industrial da economia norte-americana,

Nos meados da década de 90 os Estados Unidos tornaram-se a principal potência industrial entre as nações, e em 1910 suas fábricas despejaram no mercado uma quantidade de artigos cujo valor era quase duas vezes superior ao de sua rival mais próxima, a Alemanha. Em 1913 os Estados Unidos responderam por mais de um terço da produção industrial do mundo (ROBERTSON, 1967, p. 403).

Esse processo de industrialização só foi possível com a implementação de novas tecnologias. Dessa forma, pode ser observado um aperfeiçoamento no processo de produção dos bens de produção, produtos perecíveis e bens de consumo. Como exemplo, temos o setor têxtil que passou a contar com um tear automático em 1895, o Northrup, além disso, ocorreram mudanças no setor de vestuário, calçados e alimentícios, por exemplo, o setor de enlatados. Essas inovações também foram muito importantes para a indústria do aço, cuja produtividade aumentou consideravelmente em 1900, com uma produção diária de, aproximadamente, quinhentas toneladas de ferro-gusa por dia.

De acordo com Robertson (1967), o entendimento do processo de industrialização americano só fica claro se levarmos em consideração duas formas contidas em seu processo de produção: *produção em massa* e *administração científica*. Dessa forma,

A produção em massa chegou a ser uma expressão quase mágica que abarca todas as características da moderna indústria americana; a *administração científica* implica o emprego nos negócios de processos que tem exatidão de experiência de laboratório (ROBERTSON, 1967, p. 419).

Para ilustrar podemos citar o caso de Henry Ford que, nesse período, passa a empregar a linha de “montagem móvel”, assim, “por essa época a montagem móvel se difundira por toda a indústria automobilística, alcançando também a indústria elétrica, a incipiente indústria de utensílios domésticos, a indústria de produtos alimentícios e a manufatura de cigarros” (ROBERTSON, 1967, p. 420).

Como consequência dessas inovações na forma de produzir constatou-se um aumento do tamanho da firma.

[...] no regime capitalista o progresso técnico e o desenvolvimento das forças produtivas são subordinados ao processo de acumulação de capitais e

adequados a ele. Dessa forma, a dinâmica da acumulação compreende um processo de concentração e centralização de capitais, movimento que se reflete em avanços técnicos e dimensões de plantas adequadas à própria centralização de capitais. Assim, quanto mais avança o processo de acumulação, maior é a centralização de capitais e maiores são as plantas produtivas (OLIVEIRA, 2002, p. 220).

Dessa forma, cada firma cresce até o tamanho que julgar ser o “ideal”, crescendo horizontalmente, através da aquisição de fábricas que produzem o mesmo produto, ou verticalmente, para dominar uma série de processos.

2.6 Imigração e força de trabalho

Acompanhando a nova característica americana, de país industrializado, por volta de 1890, aproximadamente, 75% da mão-de-obra estava inserida em atividades industriais. “Entre 1865 e 1880 mais de 5.000.000 de imigrantes encontraram lares permanentes ou temporários nos Estados Unidos, e entre 1880 e 1920 o número subiu para 23 500 000” (ROBERTSON, 1967, p. 466).

Essa quantidade de imigrantes que chegava aos Estados Unidos beneficiou alguns setores da economia. As companhias de navegação obtinham grandes lucros, trazendo os imigrantes até os Estados Unidos, além delas, as ferrovias também ampliaram seus lucros, transportando esse contingente, pelas novas áreas do oeste. As manufaturas e as companhias de mineração absorviam a maior parte dos imigrantes, por possuírem, em sua maioria, baixa qualificação.

A maioria desses imigrantes eram trabalhadores não especializados, dessa forma, com a quantidade cada vez mais crescente desse tipo de mão-de-obra a elevação dos salários tornava-se mais difícil. Com isso, os trabalhadores americanos também eram afetados,

Mas os serviços qualificados e de supervisão passaram para os brancos de nacionalidade americana, e cresceu o número de empregos melhores em face do aumento da massa de novos imigrantes despreparados. Além disso, sem dúvida elevaram-se os salários dos artífices engajados na fabricação do equipamento a ser usado pelas multidões não especializadas e semiespecializadas. E a mão-de-obra nacional lucrou com o fato de ter a força de trabalho barato propiciado a manufatura de produtos de preço acessível (ROBERTSON, 1967, p. 469).

Apesar da grande aceitação dos manufatureiros, com o passar do tempo os trabalhadores americanos passaram a exigir restrições à imigração, com a alegação de que

essa mão-de-obra não especializada, em excesso, prejudicava os trabalhadores de nacionalidade americana no tocante a reivindicações trabalhistas. Até o governo Wilson (1913-1921), várias foram as tentativas de restringir a imigração.

3 - Formação do império continental

Finalizaremos o artigo abordando a mudança de atitude dos Estados Unidos em relação à América Latina a partir de 1898, quando participam da Guerra Hispano-Americana, que resulta na independência de Cuba, colônia espanhola.

De acordo com Melandri (apud, Mendes, 2005, p. 173),

[...] a Guerra Hispano-Americana marcou o “estrondoso” aparecimento da nação no cenário internacional, o que “não deixa de ser a conclusão lógica da consciência crescente, num pequeno número de americanos, do afastamento entre o novo poder [econômico] do país e o seu papel limitado à escala mundial”.

Até esta data os Estados Unidos procuraram manterem-se neutros em relação aos assuntos europeus. Para Pecequillo (2005, p.27), esse tipo de atuação é natural e segundo ela, “como em qualquer nação, a política externa dos Estados Unidos teve como objetivo inicial garantir a integridade e a consolidação de seu território e população, para depois ampliar a definição de segurança e de interesse nacional”. Por isso devemos entender a neutralidade norte-americana durante boa parte desse século, como uma postura defensiva diante de uma ameaça europeia na qual, inicialmente a Inglaterra aparecia como principal personagem.

Contudo, é evidente que, ao falarmos em isolacionismo, não estamos nos referindo à total ausência dos Estados Unidos no mundo, mas um padrão de engajamento estreito limitado e pontual em seu caráter, escopo e intensidade. Barraclough (1973, p.97), também nos traz a mesma informação a cerca da atuação dos Estados Unidos em relação a sua política externa,

Quanto aos Estados Unidos, desde os tempos de Washington, sempre fora um princípio estabelecido da política americana manter-se alheia às complicações europeias; mas esse princípio, embora por um prisma

estritamente europeu possa parecer isolacionismo, de modo algum corresponde a renunciar a intervenção em questões de outras áreas do mundo. Nem queria dizer que os Estados Unidos não estivessem preparados para usar quaisquer complicações na Europa, nas quais seus concorrentes na política mundial se envolvessem, delas extraindo vantagens para seus próprios interesses; assim aconteceu em 1854, na altura da Guerra da Criméia, e assim ocorreu novamente em 1871; e ainda mais ostensivamente em 1901, quando a Inglaterra estava empenhada na Guerra dos Bôeres e confrontada por uma Europa hostil.

Dessa forma, serão apresentados os estágios adotados pelos Estados Unidos até a exclusão das potências européias e assumirem o comando da política e finança da América Latina.

3.1 Doutrina Monroe

Como foi visto na seção anterior, os Estados Unidos mantiveram uma política externa de neutralidade até o fim do século XIX, mas isso não significava que estavam isolados do resto do mundo e principalmente nos assuntos relacionados ao continente americano, ou seja, essa política

[...] não se aplicava à América Latina, em razão de interesses e porque não desejava que o Velho Mundo se imiscuísse nos negócios daquela área. Não queria um envolvimento político formal com a América Latina, mas ao mesmo tempo preferia não vê-la presa à esfera de influência europeia (BUENO, 1997, p.233).

Percebemos que o interesse dos Estados Unidos pelo resto do continente se deu a partir do processo de independência das antigas colônias latino-americanas espanholas e portuguesas, entre 1808 a 1826, formando novas repúblicas. Assim, para conter uma possível tentativa europeia de formar novas colônias no continente, o presidente James Monroe lança a Doutrina Monroe. Anunciada em dezembro de 1823, foi uma declaração política destinada às Grandes Potências, e sem maior consideração pela vontade política dos novos estados recém-criados na América espanhola e portuguesa. Dessa forma, qualquer tentativa de recolonização européia, seria encarada como uma afronta aos Estados Unidos. Entretanto, nota-se que a Doutrina Monroe estava restrita ao campo político, ou seja, não havia indicação de que os Estados Unidos fariam uma intervenção militar como defesa do continente americano,

Nesse sentido, se pode dizer que a Doutrina Monroe só passou de fato às mãos americanas no momento em que os Estados Unidos acumularam o poder indispensável para sustentar suas posições internacionais, e isto só ocorreu no final do século XIX (FIORI, 2005, p. 73).

3.2 Guerra Hispano-Americana

Em 1895, Cuba inicia um processo de independência de sua metrópole, Espanha. Com isso, “as simpatias dos Estados Unidos estavam naturalmente com os patriotas cubanos na sua luta pela liberdade e muitos norte-americanos tinham como certo que a ilha uma vez liberta ficaria sob dependências deles (EUA)” (PENDLE, apud DOMINGOS, 2013, p. 3). Contudo, os Estados Unidos não interferiram imediatamente nas questões da colônia e sua metrópole, pois, de acordo com Sellers (1990, p. 267),

O governo parecia estar conseguindo progressos a fim de obter grandes concessões em Cuba quando dois acidentes acabaram com todas as probabilidades de paz. O primeiro, a carta Lome, que caiu nas mãos da imprensa norte-americana, continha uma descrição nada lisonjeira do Presidente McKinley. Fora escrita pelo embaixador espanhol em Washington. O segundo, e muito mais importante, foi a perda do *U.S.S Maine*, em fevereiro de 1898. Enviado a Cuba em uma “visita de cortesia”, o navio de guerra norte-americano explodiu enquanto se encontrava ancorado no porto de Havana, com perda de 260 marinheiros.

Após o ataque ao navio americano, uma posição pacífica ficou difícil de ser sustentada, assim inicia-se a Guerra Hispano-Americana. No mesmo período, outra colônia espanhola procurava sua independência, as ilhas Filipinas, que também despertou o interesse norte-americano, com isso Theodore Roosevelt desloca parcela da tropa para essa ilha. Cerca de quatro meses após o início do conflito, os norte-americanos vencem a Espanha, assim

Como condições do armistício, os Estados Unidos insistiram em que a Espanha se retirasse de Cuba e lhe cedesse Porto Rico, uma ilha no arquipélago dos Ladrones (Guam) e a cidade e porto de Manila. O destino do resto das Filipinas (mais de 7.000 ilhas grandes e pequenas e cerca de oito milhões de habitantes) foi decidido durante a conferência de paz (SELLERS, 1990, p. 269).

Após o armistício, Cuba transformou-se em um protetorado norte-americano, e em 1902, a Emenda Platt é incorporada na Constituição cubana, assim

Essa medida assegurava aos Estados Unidos tanto o direito de intervir em assuntos cubanos, a fim de garantir a continuação da independência e a estabilidade do país (e, de fato, interveio em 1906 e em várias ocasiões posteriormente) e a manutenção de uma base naval (Guantánamo) na ilha (SELLERS, 1997, 270).

Durante o conflito percebeu-se a dificuldade do deslocamento das esquadras americanas até a área do conflito. Assim que a guerra se encerrou surgiu a ideia de construir um canal que interligasse os oceanos Atlântico e Pacífico, seja para fins militares ou para facilitar o comércio entre a Ásia, Europa e o continente americano. A intenção era retomar um empreendimento francês, o Canal Interoceânico do Panamá, cuja construção se arrastava desde 1881, devido a dificuldades financeiras. Como o Panamá pertencia a Colômbia o acerto para a retomada do projeto seria entre os Estados Unidos e esse país, contudo as negociações não avançaram,

A proposta feita pelos Estados Unidos, envolvendo a compra do canal da empresa francesa que havia iniciado o projeto, e o pagamento imediato de 10 milhões de dólares acrescido de um aluguel de 250 mil dólares por ano à Colômbia, em troca do arrendamento do canal e de uma zona de 9,6 quilômetros de largura foi rejeitada pelo Senado colombiano (SOUZA, 2008, p. 5).

Diante da negativa colombiana os antigos proprietários do canal promoveram uma rebelião, com apoio norte-americano, para que o Panamá se separasse da Colômbia,

A revolução foi bem sucedida e o novo Estado teve sua independência prontamente reconhecida pelos Estados Unidos. A 18 de novembro de 1903 em Washington, foi assinado um tratado com o Panamá que oferecia aos norte-americanos mais privilégios do que aquele com a Colômbia, pois os Estados Unidos poderiam exercer sua soberania numa zona de 10 milhas de largura no istmo. Além disso, os Estados Unidos se comprometiam também a preservar “a independência da República do Panamá” (FARIAS, 2008, p. 83).

Finalizado o processo de independência do Panamá, a obra do canal reiniciou em 1904, sob a direção dos Estados Unidos. Contudo, o canal só foi inaugurado dez anos depois.

3.3 Do Big Stick à Diplomacia do dólar

Passado o conflito com a Espanha, os Estados Unidos se depararam com uma situação semelhante, dessa vez envolvendo a Venezuela. Independente desde 1821, o país disputava a posse das Guianas com o Reino Unido. Após várias alegações e a negativa em ceder esses territórios, por parte do Reino Unido, em 1786, o governo venezuelano pede aos Estados Unidos, que façam uma intermediação nessa questão. Como era de se esperar os Estados Unidos ficam do lado da Venezuela, e de acordo com Domingos (2013, p. 5),

“Em 1895 o secretário de Estado Richard Olney enviou uma extensa nota a Londres, nota que posteriormente ficou denominada de Doutrina Olney, e que ratificava o direito à hegemonia dos Estados Unidos no continente americano e inerentemente à respectiva exclusão das potências europeias”.

Passado algum tempo, em 1902, surge nova tentativa de intervenção na Venezuela, dessa vez, uma ação conjunta entre o Reino Unido, Alemanha e Itália. Entretanto, os Estados Unidos foram procurados pelos três países, e que de imediato foram autorizados a executar a intervenção, sem que houvesse uma ocupação permanente por parte dessas potências. Apesar do reconhecimento da influência regional dos Estados Unidos, seus investidores ficaram em segundo plano em relação aos dos países que realizaram a intervenção.

Fato semelhante poderia ocorrer em 1904, quando São Domingos quase foi invadido por credores europeus. Contudo, o presidente Roosevelt trabalhou com o objetivo de garantir o pagamento desses credores, sem que precisassem usar a força. A partir dessa data os Estados Unidos passaram a antecipar-se a possíveis intervenções europeias no continente americano.

Mas ao contrário de ocupar militarmente o país endividado, o Departamento de Estado passou a induzir banqueiros de Wall Street a negociarem *refunding* da dívida externa de países em perigo, substituindo investidores europeus por novas dívidas em dólares e eliminando pretextos para intervenções alheias. Essa política de antecipação do pagamento das dívidas dos países latino-americanos ficou conhecida como corolário Roosevelt à Doutrina Monroe. Contudo, a dependência financeira desses países não os livrava de intervenções militares, ou seja, as ações na América Central e Caribe, nesse período, ficaram conhecidas como Big Stick.

De acordo com Bastos (2005, p. 39), “o modelo dominicano não foi difundido por Roosevelt, mas por seu sucessor William Howard Taft (1909-1913), que cunhou a expressão Diplomacia do Dólar” e a primeira experiência seu deu na Nicarágua. Em 1909, ocorreu uma rebelião neste país, questionando a autoridade do presidente José Santos Zelaya, quando o exército do governo assassinou dois cidadãos americanos. Imediatamente fuzileiros americanos foram deslocados para essa região, e o presidente foi deposto. A partir daí, 1910, a Nicarágua transformou-se num protetorado americano.

Após o conflito, como forma de atrelar a economia da Nicarágua com a dos Estados Unidos, foram concedidos dois empréstimos. Como garantia, os norte-americanos, exigiram o controle do Banco Nacional da Nicarágua e do sistema ferroviário. Dessa forma, para Bastos (2005, p. 39), “de todo modo, com a força das balas e dos dólares, os acertos financeiros induzidos sob a influência do Departamento de Estado permitiam ampliar a penetração dos bancos de investimentos estadunidenses na América Latina”. A tarefa de aperfeiçoar a diplomacia do dólar coube ao sucessor de Taft, Woodrow Wilson (1913-1921).

4 - Considerações finais

Baseado no que foi visto ao longo do artigo, podemos dividir a evolução da economia e da política americana em duas fases: de 1865 a 1898, quando ocorre a modernização econômica-social dos Estados Unidos; e de 1898 até sua entrada na Primeira Guerra Mundial, com uma ação mais ativa no sistema internacional, como forma de sobrepôr seus interesses sobre as demais nações. Isso ficou nítido com as intervenções realizadas na América Latina.

Finalizada a Guerra de Secessão ocorreu um ajuste na estrutura econômica norte-americana. Sob o comando do norte industrial, rapidamente, os Estados Unidos, deixaram de ser uma economia agrária para transformar-se numa potência industrial, superando as potências europeias. O *boom* econômico foi responsável pela modernização de sua economia, dessa forma, temos entre 1870 e 1913 um crescimento do produto real nos EUA em torno de 478%, contra 124% e 242% da Inglaterra e Alemanha. Em 1913 o PIB dos EUA já era mais de 25% superior à soma do PIB dos demais países europeus.

Com a Guerra Hispano-Americana, em 1898, os Estados Unidos, deixaram claro para as potências europeias que não estavam dispostos a perder a América Latina. Com a justificativa de libertar o povo latino-americano dos déspotas europeus, garantindo-lhes soberania, os Estados Unidos foram ampliando seu império sobre o continente.

UNITED STATES (1865-1917): A DIVIDED NATION IMPERIAL POWER CONTINENTAL

ABSTRACT

Some political and economic events in the United States between 1860 and 1917, contributed to raise this country to the status of major industrial power in the early twentieth century. In 1865 comes to an end the Civil War (1861-1865), in which the industrial capitalists of the North defeated the South agrarian capitalists, and what we saw from that was a modernization of the American economic structure, which led the United States to overcome economically European nations in the early twentieth century. From 1898 to 1917 corresponds to the period when the United States replaced the European powers in Latin America, in this stage extend its financial and military power in the region.

Keywords - Keywords: economic and political transformations. USA. Civil War. Modernization. Military and financial sovereignty. Latin America.

5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**; tradução Vera Ribeiro; revisão de tradução César Benjamin – Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Editora UNESP, 1996.

ÁVILA, Róber Iturriet. **Crise de Hegemonia dos Estados Unidos no Contexto Atual**. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/10591/6238>. Acessado em: 10/06/2012.

BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

BASTOS, P. P. Z. (2005). **A Diplomacia do Dólar: Moeda e Império (1898-1914)**. In: Economia Política Internacional – Análise estratégica. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=68&tp=a>. Acessado em 25/09/2012.

_____. **A Diplomacia do Dólar e o Projeto de Difusão de Democracias (1913-1920)**. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/aspscripts/boletim_ceri/boletim/boletim5/E_%20Especiais_Pedro_Paulo.pdf. Acessado em: 12/01/2013.

BEAUD, Michel. **História do Capitalismo de 1500 até nossos dias**. Tradução Maria Ermantina Galvão Gomes Pereira. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

CAMARGO, Bibiana Helena Freitas. **O Mito Isolacionista na Política Externa dos Estados Unidos do Século XIX**. Porto Alegre, 2007. Disponível em: http://www.usembassyprograms.org.br/bdfdr/bitstream/123456789/33/1/Monografia_Bibiana_Camargo.pdf. Acessado em: 12/01/2013.

FARIAS, Flávio José de Moura. (2008). **A Dimensão Estratégica da Política Externa dos Estados Unidos no Caribe (1898-1904)**. Dissertação de mestrado (128 p.). Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Globalização, Hegemonia e Império**. In: Tavares, Maria da Conceição & Fiori, José Luís (orgs.): Poder e dinheiro – uma economia política da globalização. Petrópolis:

Vozes, 1997, pp. 87-147. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/50087451/Globalizacao-hegemonia-e-imperio-JoseLuis-Fiori>. Acessado em: 10/06/2012.

_____. **O Poder Americano**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

JUNQUEIRA, Lucas de Faria. **História da América II**. Coleção Formando Educadores. Editora NUPRE, 2009. Disponível em: <http://www.ead.ftc.br/portal/upload/his/4p/04-HistoriadaAmericaII.pdf>. Acessado em: 20/12/13.

MAGNÓLI, Demétrio. **História das Guerras (organizador)**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MENDES, Ricardo Antônio Souza. **América Latina – Interpretações Da Origem Do Imperialismo Norte-Americano**. Projeto História. Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/2316/1408>. Acessado em: 27/12/2013.

MOORE JR. Barrington. **As origens sociais da ditadura e da democracia. Senhores e camponeses na construção do mundo moderno**. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

MORAES, Alex Guedes de. **A Diplomacia do Presidente Abraham Lincoln: a política no período pré-guerra**. Revista Historiador Número 03. Ano 03. Dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador>. Acessado em: 20/12/2012.

MOREIRA, Carlos Alberto Drummond. **O assalto dos barões ladrões ao patrimônio público nos Estados Unidos no final do século XIX: a exceção é a regra/** Carlos Alberto Drummond Moreira. – Campinas, SP: [s.n.], 2005.

OLIVEIRA, Carlos Alonso. **O processo de industrialização. Do capitalismo originário ao atrasado**. São Paulo: UNESP, 2003.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa Dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** – 2ª ed. Ampl. Atual.- Porto Alegre, Editoria da UFRGS, 2005.

ROBERTSON, Roos M. **História da economia americana**. 1º volume, distribuidora Record. RJ – SP, 1967.

RUIZ, Ricardo Machado. **Da integração territorial às aglomerações econômicas: a organização espacial e as políticas regionais nos Estados Unidos (1800/2000)**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007.

SANTOS, Lara Taline dos. **Men of Color, to Arms! : As Tropas Negras na Guerra Civil Americana (1861-1865)**. Curitiba 2010. Disponível em: http://www.historia.ufpr.br/monografias/2010/2_sem_2010/lara_taline_santos.pdf. Acessado em: 12/01/2014.

SILVEIRA, Stefano J. C. **Crise da Hegemonia Americana e da Globalização: Mudança ou Continuidade?** Disponível em <http://sumarioperiodicos.espm.br/index.php/seculo21/article/viewFile/1778/89>. Acessado em 09/06/2012.

SOUZA, Christiane Laidler de. **A Doutrina Drago e as relações entre as repúblicas americanas**. Anais do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC (Vitória, 2008). Disponível em: <http://anphlac.fflch.usp.br/viii-encontro>. Acessado em: 20/12/2013.

NASSER, Reginaldo Mattar. **Woodrow Wilson e a Ideia de Ordem Hemisférica**. Disponível em: <http://132.248.9.34/hevila/CENAInternacional/2006/vol8/no2/1.pdf>. Acessado em: 10/01/2014.

KARNAL, Leandro ... [et al.]. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.